

Pedagogia do Oprimido e o Canto do Urutau nas Escolas Desativadas no Município de Dona Francisca/RS associados com o Legado do Êxodo Rural

Altair Groff

Mestrando do Curso de Geografia/Universidade Federal de Santa Maria/RS

Ane Carine Meurer

Profa. Dra. do Depto. de Fundamentos da Educação/ Universidade Federal de Santa Maria/RS

Resumo

Está elencada neste artigo a relação das escolas desativadas no Brasil, especialmente as do Município de Dona Francisca, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, com o êxodo rural e com as ideias de Paulo Freire contidas em sua obra Pedagogia do Oprimido. As escolas foram sendo fechadas nestes últimos anos, mais especificamente a partir de 1980, de uma forma muito acelerada, praticamente acompanhando a migração do agricultor para os centros urbanos. A paisagem local foi sendo modificada, o agricultor desterritorializado, e suas terras desapropriadas, dando lugar ao agronegócio e ao cultivo de monoculturas. Com base nas ideias de Paulo Freire, o texto objetiva discutir e demonstrar a repercussão da opressão do sistema do capital na desativação das escolas e na redução do número de camponeses, os quais passaram a aglomerar-se nos centros urbanos. Os dados da pesquisa foram coletados na Prefeitura Municipal de Dona Francisca/RS e sua análise foi baseada em pesquisa bibliográfica, especialmente na obra de Paulo Freire. Compreende-se a busca da liberdade como meio para reestruturar, dar asas aos oprimidos e sonhar com algo que conduza à política de Educação no Campo. Buscar impedindo ao fechamento de mais escolas e propiciando a liberdade de escolha dos sujeitos em permanecer no meio rural para produzir alimentos, de modo que o canto do Urutau seja uma conclamação e não um lamento.

Palavras-chave: Escolas desativadas, Paulo Freire, Educação do Campo, Êxodo rural.

Introdução

Neste trabalho, estabelecemos uma relação entre a obra “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, com a pesquisa que trata das escolas desativadas no município de Dona Francisca, colocando em destaque o fenômeno do êxodo rural. Apresentam-se dados que se referem ao fechamento das escolas rurais na conjuntura brasileira, processo que atingiu em torno de 40 mil escolas nos últimos anos. Essa situação representa um problema, pois o Brasil é um país em que as zonas rurais apresentam um índice de analfabetismo considerável para a atualidade. A pergunta que surge é: A quem serve o êxodo rural, o agronegócio, a monocultura, a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas?

A pesquisa vem sendo realizada desde o início do ano de 2014, quando do ingresso no Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e vem avançando, com aprimoramentos na busca de dados, a partir da coleta de informações junto à comunidade. O exercício da escuta é possibilitado especialmente pela realização de entrevistas.

O estudo tem caráter qualitativo, mas poderá valer-se também de métodos quantitativos. Um trabalho em que envolve números, a pesquisa quantitativa torna-se presente. (CHIZZOTI, 2006). Para a coleta de dados, foram consultadas documentações que estavam e disponíveis na Secretaria de Educação do Município de Dona Francisca e colocados à disposição com toda elegância educativa a quem de interesse. Também é fonte original de dados um participante que foi educando em uma escola do campo desativada, na qual o autor estudou. Bibliografias e materiais disponíveis na web sobre o assunto também poderão ser fonte de informação. Porém interagimos com a qualitativa. O referencial teórico será constituído basicamente dos estudos de Paulo Freire contidos na obra “Pedagogia do Oprimido”, a qual foi discutida nas aulas do Curso de Mestrado em Geografia da UFSM, especificamente na disciplina “Movimentos Social e Educação”, cuja professora é a autora deste artigo.

O Urutau é um pássaro pouco conhecido, cujo canto representava para os índios tristeza e melancolia. Em tupi-guarani, “urutau” significa “ave-fantasma”. À noite, faz ecoar um canto melancólico, parecido com um lamento humano. A beleza, o mistério e a simbologia dessa ave levaram a buscar na natureza a inspiração para lutar pela Educação no Campo. O canto do Urutau é usado neste estudo como metáfora da desativação das escolas rurais no município foco da pesquisa.

A Pedagogia do Oprimido e a desativação das escolas no campo

O Prefácio da obra “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, foi elaborado em 1967 pelo professor Ernani Maria Fiori, no Chile, onde estava exilado juntamente com outros brasileiros. A obra faz referência à Educação, à Pedagogia, à economia, faz críticas ao nosso sistema de ensino e à sociedade e ainda lança desafios, propostas de envolvimento; em suma, anuncia uma revolução cultural. O autor toma como objeto o alfabetizando, dirigindo a ele estudos, debates e propostas que visam ao desenvolvimento da expressão, da palavra. No

prefácio, Fiori cita Freire (2005, p. 11) para lembrar que “o alfabetizando já sabe que a língua também é cultura, que o homem é sujeito: sente-se desafiado a desvelar os segredos de sua constituição, a partir da construção de suas palavras que perfaz a construção de seu mundo.” A palavra ceifada é submissão, que destina os sujeitos à miséria.

Os métodos propostos por Paulo Freire têm sido almeçados em diversas partes do mundo, sobretudo pela relação coerente que conseguem estabelecer entre teoria e prática. A obra “Pedagogia do Oprimido”, por exemplo, foi traduzido em várias línguas. Embora em muitos lugares os ensinamentos freireanos tenham sido adaptados, aprimorados ou modificados, a essência dessa obra é a libertação. “O método de Paulo Freire não ensina a repetir palavras”, enfatiza Fiori, mas sim a dizer a própria palavra, expressar-se de forma que possa entender mais o mundo ao seu redor.

O pensar a ação pedagógica da educação de forma precedente à vontade política é o que inspira a pesquisa de Mestrado em andamento, por meio da qual se busca desvendar o enigma da desativação das escolas rurais no interior do município de Dona Francisca/RS. Para tanto, será necessária uma análise das políticas Públicas Educacionais, que conduzirá a crer nas palavras expressas por Paulo Freire (2005) em que “os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciência que se coexistenciam em liberdade.” A liberdade, palavra tão discutida, tão dita e expressada nas mais diversas formas, é usada inclusive para por em prática o próprio pensamento de quem busca a exploração, o “suor” do semelhante, fazendo deste apenas uma força de trabalho que, quando já não é mais útil, é conduzido para outro destino: o trabalhador do campo é conduzido ao meio urbano e, ali, quando perde a serventia, fica desempregado. Refletindo sobre o êxito rural causado pela concentração de terras nas mãos de poucos, podemos enfatizar que “a sociedade brasileira conheceu tão bem: o da desigualdade, uma das mais pronunciadas do planeta.” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 12).

O período de produção da obra “Pedagogia do Oprimido” compreende um apanhado do que se estava passando naquele espaço de tempo: enquanto os Estados Unidos, temendo o avanço do comunismo no mundo, passava a impor normas sobre os países da América Latina, instaurando o regime militar em quase todos eles, muitos brasileiros que lutavam por um país mais justo eram exilados, por pensarem de forma diferente, por defenderem a reforma agrária no governo de João Goulart, por desejarem o equilíbrio entre os que ganhavam muito e os que eram desprovidos desta riqueza. O Chile foi um dos países em que esses brasileiros foram exilados. Na

época, o Presidente Salvador Aliander foi quem abrigou muitos deles, dentre os quais estiveram Paulo Freire e Ernani Maria Fiori.

Na década de 70, o governo brasileiro, governado pelo então Presidente João Batista Figueiredo, concedeu a anistia. A maioria dos exilados era intelectuais, pensadores, críticos, enfim cidadãos coerentes com uma linha de pensamento comprometida com o país no que tange à educação, à distribuição de renda, às reformas, inclusive à reforma agrária. A visão desses intelectuais ameaçava a política Norte Americana e as próprias elites brasileiras, por isso todos aqueles que não fossem alienados, que não se calassem, que fizessem uso de sua palavra para confrontar deveriam ser amortizados ou então exilados.

O autor da “Pedagogia do Oprimido” expressa com humildade e singeleza a busca da liberdade, da expressão aos que não tem o direito de pronunciar a sua palavra, a fim de conceder-lhes a livre expressão, o desenvolvimento intelectual e a justiça. Com isso, Freire vai inserindo nas massas um pensar pedagógico, educativo. João Goulart projetava fazer no Brasil uma reforma educacional, que possibilitasse a valorização do magistério e do ensino público em todos os níveis e o combate ao analfabetismo, através da multiplicação nacional das pioneiras experiências do Método Paulo Freire.

Na década de 60, o êxodo rural começava. Nas décadas de 70 e 80, o fenômeno ganhou maior expressão e foi então que houve a grande transferência populacional do meio rural para os centros urbanos. O número de escolas de ensino fundamental no interior do país era enorme, mas não atendia toda a população. No Rio Grande do Sul, o então governador Leonel Brizola, aliado a João Goulart, elevou em muito, no final de década 50, o número de escolas, especialmente no meio rural. (QUADROS, 2002).

Nos últimos anos, porém, especialmente na década de 90, as escolas do campo e algumas escolas urbanas passaram a ter suas atividades silenciadas. Evidentemente que o número de habitantes do campo diminuiu, mas, mesmo assim, podemos afirmar ser considerável, pois atualmente, no Brasil, em torno de 15% da população vive no meio rural, conforme dados do IBGE. Ademais, muitos municípios urbanos pequenos têm uma boa parte de suas atividades voltada ao campo, havendo pessoas que moram na cidade, mas trabalham no campo. A dependência econômica, nesses casos, é quase toda ela voltada para o setor da agropecuária.

O que conduz a pesquisar sobre as escolas desativadas é o fato de ver tantas escolas fechadas, tantos prédios abandonados e nisso sentir que a educação, inclusive a educação no

campo, não se desenvolve como um fruto de libertação. Em plena era da globalização, da internet, do celular as escolas são fechadas, e ainda há um índice elevado de analfabetos, de dissidentes de escolas, dos quais um grande número é habitante do campo.

Dividindo o número de escolas rurais fechadas pelo número de dias no ano, a média é de 8 escolas fechadas por dia na região rural. Com os números de 2014, a conta dos últimos 15 anos totalizou 37 mil escolas fechadas. A Coordenadora Geral de Educação do Campo e Cidadania do INCRA e professora da Universidade de Brasília (UnB), Clarice Santos, afirma que “esses números revelam o fracasso da atual política de educação no campo”. (AGÊNCIA EFE, 2014).

Em cada estrada em que se passa, pelos campos, vê-se um prédio abandonado, fechado, deteriorando-se. Não se veem crianças, professores, merendeiras, auxiliares. Uma sensação que remete a páginas amareladas e vazias, que remete ao deserto e traz à tona a revolta. É essa revolta que Paulo Freire incita no leitor da “Pedagogia do Oprimido”: a vontade de revolucionar a cultura e tecer críticas contumazes ao sistema que ainda hoje é vigente. Nesta obra, Freire não mede palavras para desvelar as mazelas do poder econômico e político.

[...] por isto é que o poder dos opressores quando se pretende amenizar antes a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falas a generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte do desalento e da miséria. (FREIRE, 2005, p. 33).

O sistema governamental seja ele municipal, estadual ou federal, usa a desculpa da redução de gastos e da falta de alunos (infelizmente, esta é em muitas circunstâncias pertinente) para fechar as escolas do interior e transferir os alunos para a cidade. Fornece transporte aos alunos e alega que nas escolas urbanas terão melhores condições de estudos, melhor infraestrutura, professores mais qualificados. E para lá são dirigidos todos os dias, gastando muitas vezes de duas a quatro horas do seu tempo no trajeto de casa até a escola.

Os camponeses sentiram-se cercados e foram induzidos a “venderem” suas terras, suas propriedades, a “compradores” que diziam estarem pagando um preço alto por elas. O agricultor foi convencido de que faria um bom negócio se comprasse um terreno na cidade, uma casinha e passasse a ganhar todos os meses um salário trabalhando para uma fábrica, um estabelecimento.

Os filhos poderiam estudar até terminar o ensino médio e sonhar com uma faculdade; poderiam, trabalhar de dia e estudar à noite.

Como filha de uma família numerosa de pequenos agricultores, vivemos e sentimos na pele, nas décadas de 1960, 1970, a degradação da agricultura familiar dando lugar a cultura extensiva da soja, com adubos químicos e outros venenos. Assistimos, sem visão crítica, venda e destruição de diversas propriedades rurais de vizinhos próximos, que se mudavam para as cidades, desabitando o espaço geográfico de nossa região, tão bonita, rica e produtiva, que alimentava tantas crianças que frequentavam conosco a escola. (CAMINI, 2010, p. 53).

Este vazio deixado no campo fez com que as escolas fechassem suas portas. Com muita luta, com a participação do MST e de vários segmentos ligados à educação do campo, reivindicação, e o governo sancionou o Art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passou a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul aprovou a Resolução nº. 329, de 13 de maio de 2015, que altera a Resolução do CEEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, no que se refere à cessação de funcionamento de cursos nas escolas do campo, indígenas e quilombolas. No art. 15B, dispõe sobre uma série de justificativas e exigências de pareceres e manifestações de entidades quanto ao fechamento dessas escolas. Dentre as justificativas, está a prevista no Art. 3º da Resolução CNE/CEB nº. 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece: “A Educação Infantil e os anos iniciais do ensino fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se o processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.”

Em 2013, 28% das escolas registradas simplesmente não estavam em funcionamento no Brasil, país onde, segundo o IBGE, mais de três milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos – em sua maioria (70%) habitantes de áreas rurais e pobres – continuam fora das salas de aula.

Mas essas escolas desativadas servem a quem? Essa é uma das questões que vêm sendo debatidas pelos Educadores do Campo, pelas mulheres camponesas, por movimentos como o MST e o MPA, e muitos outros grupos. Estes lutam para tentar coibir o fechamento de escolas e para ativar a Educação no Campo de forma mais direta, mais comprometida com a realidade camponesa e conjugada com a agricultura familiar.

Aderiram, em oposição a sua qualidade de vida, à produção para a venda externa de produtos, o que contribuiu para que muitos deles fossem expulsos do campo, perdendo suas terras, em função de financiamentos, frustração de safras, entre outros motivos que dependem mais de políticas públicas que da vontade dos agricultores. (MEURER, 2010, p.18)

As terras dos agricultores, dos camponeses tiveram sua paisagem alterada e, como consequência, foi aumentando a população das cidades, surgindo grandes metrópoles, que chegaram a mais de 20 milhões de habitantes, como é o caso de São Paulo, Salvador, Buenos Aires, Montevideo entre outras. A monocultura fez-se presente em forma de linhas, uma paisagem retilínea espelhando a monotonia no plantio da soja, açúcar, eucalipto etc. (VILLAVARDE, 2006).

Toda essa situação tornou-se uma preocupação acentuada dos movimentos que batalham na perspectiva de ativar a Educação do Campo, das Licenciaturas em Educação do Campo, das linhas de pesquisas dos cursos de pós-graduação que vêm surgindo no país, dos professores do ensino fundamental, especialmente aqueles que atuam em municípios de menor índice populacional. Conforme Silva (2015), “Apenas em 2014, mais 4.084 escolas do campo fecharam suas portas. Se pegarmos os últimos 15 anos, essa quantidade salta para mais de 37 mil unidades educacionais a menos no meio rural”. A figura abaixo dá uma idéia de como se constitui a panorâmica que caracteriza o sistema escolar em consonância com o canto triste do Urutau.

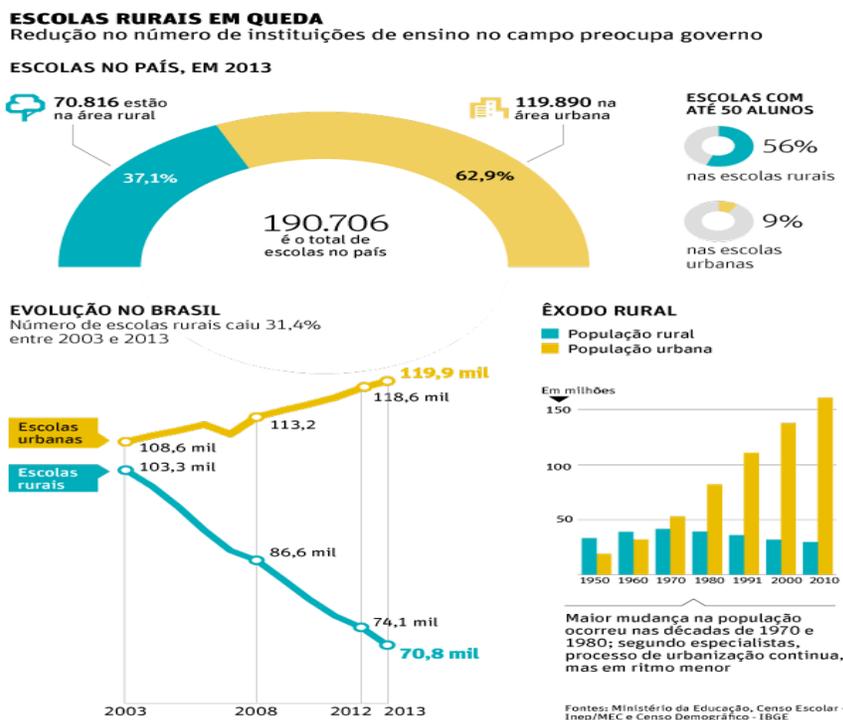


Figura 01 – Evolução da desativação de escolas rurais e do êxodo rural

Fontes: Ministério da Educação, Censo Escolar – Inep/MEC e Censo Demográfico – IBGE. Citado por CANCIAN, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por-diana-zona-rural.shtml>>. Acesso em 03 out. 2015.

A figura acima demonstra o êxodo rural crescente nas décadas de 70 e 80 e a repercussão no crescimento populacional urbano. O nosso país é constituído de uma imensidão de área fértil, uma vasta terra agricultável. Então o que justificaria tanta aglomeração, tantos habitantes em determinados lugares? A mão de obra foi sendo substituída pelas máquinas, pelos próprios químicos, como os herbicidas, inseticidas; e a população do campo foi ficando escassa, e as escolas foram sendo desativadas vertiginosamente.

Para Fernandes (apud CANCIAN, 2014), da Cátedra UNESCO de Educação no Campo, o fechamento dessas escolas se deve ao avanço das grandes plantações, que reduz o número de trabalhadores no campo, e também à falta de investimento das prefeituras, que toma as escolas do interior como primeiro alvo do corte de gastos. Como uma alternativa, a nucleação é apresentada no meio rural e, depois ou concomitantemente, no próprio meio urbano. Queiroz (apud CANCIAN, 2014) é enfático: “Se for só pelo critério econômico e de número de alunos, [nucleação] não é sinônimo de educação de qualidade. Infelizmente às vezes se pensa unicamente

no financeiro, e não no processo de aprendizagem”. Segundo o educador, o baixo número de alunos não pode ser justificativa para o fechamento das escolas, uma vez que as comunidades podem investir em alternativas pedagógicas próprias: “Uma delas é a alternância, na qual os alunos intercalam períodos em sala de aula, em regime de internato, com períodos na casa dos pais.”

A posse das terras nas mãos de um pequeno grupo acaba desterritorializando uma quantia acentuada de pequenos proprietários, mesmo os trabalhadores rurais que desempenham suas funções como parceiros, arrendatários ou empregados rurais. As florestas foram ceifadas transformando oxigênio por elas gerado em carbono. Uma forma de violência que é explicitada por Freire:

Essa violência, como um processo, passa de geração a geração de opressores, que vão se fazendo legatários dela e formando-se no seu clima geral. Este clima cria nos opressores uma consciência fortemente possessiva. [...] diria From que, sem esta posse “perderiam El contacto com El mundo”. Daí que tendam a transformar tudo o que os cerca em objeto do seu domínio. A terra, os bens, a produção, a criação dos homens mesmo o tempo em que estão os homens, tudo se reduz a objeto de seu comando. (FREIRE, 2005, p. 51).

É esta ansiedade de transformar tudo em posse e posse para si que leva ao acúmulo de capital, à concentração de renda e, conseqüentemente, gera um percentual de trabalhadores que precisam trabalhar para simplesmente continuar vivos, obter o básico e necessário para este fim: uma casinha, alimentação, roupa, saúde pública e algum instrumento tecnológico que permita a comunicação (celular, tablete etc.). Freire usa as palavras de Fromn¹ para elucidar a situação de inanição a que a grande massa é submetida:

El placer del dominio completo sobre otra persona (o sobre otra creatura animada), es La esencia misma del impulso sádico. Otra manera de formular La misma Idea es decir que el fin del sadismo es convertir un hombre en cosa, algo animado en algo inanimado, ya que mediante el control completo y absoluto El vivir pierde una cualidad esencial de La vida: la libertad. (FROMN apud FREIRE, 2005, p. 51).

A obra “Pedagogia do Oprimido” foi produzida quando Paulo Freire ainda estava exilado no Chile, mas a compreensão, extensão e abrangência das ideias do autor estavam vinculadas à sua terra natal: o Brasil. Claro que a dimensão de sua reflexão contempla também a realidade do Chile e da América Latina como um todo, que passava por um retrocesso político.

Na década de 60, não se cogitava fechar escolas, mas sim implantá-las. Uma das razões para o exílio de Freire foi justamente a sua ideia de alfabetizar um grande número de brasileiros,

tendo o aval do então Presidente da República, João Goulart. Esse presidente, também exilado, projetava para o país a Reforma Agrária e a implementação de uma Educação voltada à classe trabalhadora.

Ribeiro (2013) enfatiza que a escola rural esteve sempre à mercê de modelos urbanos, distantes das necessidades de trabalho e de produção da vida camponesa. É uma escola que consagra como ideal de vida o modelo dos centros urbanos. A decisão de enviar os alunos às nucleações de escolas ou de criar escolas-polo vinha com a justificativa de racionalizar os meios e os recursos correspondentes à relação custo/aluno.

O fechamento de escolas rurais é, portanto, uma desterritorialização que envolve uma reterritorialização (HAESBAERT, 2004). O autor explica que escolas que agregam os alunos das escolas fechadas são as nucleadas (núcleos), tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas. Este fato gera uma reorganização espacial, uma concentração de escolas em poucas áreas rurais que são os núcleos do processo e, principalmente, uma concentração em áreas urbanas, tanto em escolas núcleo quanto em escolas urbanas em geral. Dessa forma, enquanto a oferta de escolas rurais retrai, há, por outro lado, uma expansão da oferta escolar urbana e das matrículas da população rural nestas escolas, viabilizada pelo fornecimento do transporte escolar.

Escolas desativadas no Município de Dona Francisca

Junto à Secretaria Municipal de Educação de Dona Francisca-RS, foram levantados dados acerca do número de alunos matriculados entre os anos de 1933 e 2008 nas escolas rurais do município, conforme registrado no Quadro 1. Nesse demonstrativo, elenca-se um ano ou mais de cada década, dando ênfase à década de 90. Constata-se a redução de alunos na década de 80, que se agravou na década de 90, quando o êxodo rural foi muito elevado em todo o país. Foram feitas visitas às comunidades em que estavam instaladas as escolas. Nesses locais, pôde-se ver que os prédios ainda permanecem, mas a maioria em estado de “tapera velha”; dois foram ocupados como Centro Comunitário e em outros dois foram feitas instalações de agroindústrias que, posteriormente, deixaram de operar.

O município de Dona Francisca está situado na Depressão Central do Estado do Rio Grande do Sul, à margem direita do Rio Jacuí, na região da Quarta Colônia. Possui uma área de

105 Km², que se limita, ao norte, com Nova Palma; ao sul com Restinga Seca, ao oeste com Faxinal do Soturno e ao leste com Agudo, onde o Rio Jacuí estabelece o limite. Santa Maria é a cidade polo da região, da qual fica distante 60 quilômetros. Já da capital Porto Alegre o município fica a 270 quilômetros de distância. (VENDRUSCOLO, 2010).

A estimativa populacional no ano de 1991 era de 3.578 habitantes, dois quais 45,84% eram habitantes da zona rural e 54,16% eram habitantes da zona urbana; em 1992 era de 3.654; em 1994 era 3.807; em 1998 era de 3.823; em 2007 era 3.572; em 2010 era de 3.401; e em 2014 era de 3.397, dos quais em torno de 60% eram habitantes da zona urbana e 40% habitantes da zona rural (IBGE). No quadro abaixo, que mostra o número de alunos matriculados anualmente nas escolas rurais do município, as escolas estão representadas por siglas e serão descritas no Quadro 2, que tratará do ano de desativação de cada uma.

Ano Nº de alunos por escola	EMEF Inc. SR	EMEF Inc. AB	EMEF Inc. AM	EMEF Inc. FS	EMEF Inc. DF	EMEF Inc. AJ	EMEF Inc. GV	EMEF Inc. AS
	Esc. 01	Esc. 02	Esc. 03	Esc. 04	Esc. 05	Esc. 06	Esc. 07	Esc. 08
1933	--	--	--	--	--	33	--	--
1949	18	--	--	--	27	34	22	45
1958	26	30	--	--	29	18	16	12
1969	28	29	20	43	34	47	55	44
1976	14	26	44 ²	48	36	44	46	17
1988	17	20	20	12	23	09	32	29
1991	05	16	13	24	17	11	28	34
1993	=	11	08	18	10	12	31	26
1994	=	08	09	18	13	13	27	31
1995	=	=	=	09	08	08	27	25
1996	=	=	=	=	09	08	25	31
1997	=	=	=	=	=	07	31	29
1998	=	=	=	=	=	=	29	30
1999	=	=	=	=	=	=	26	30
2000	=	=	=	=	=	=	27	35
2001	=	=	=	=	=	=	23	28
2002	=	=	=	=	=	=	24	31
2003	=	=	=	=	=	=	24	31
2004	=	=	=	=	=	=	24	31
2005	=	=	=	=	=	=	14	40
2006	=	=	=	=	=	=	=	34
2007	=	=	=	=	=	=	=	33
2008	=	=	=	=	=	=	=	26

Quadro 1 – Número de alunos matriculados por ano nas escolas do meio rural de Dona Francisca

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados na SMED de Dona Francisca-RS.

-- Escola não ativa

= Escola desativada

Obs.: A Escola Abílio Jaeger (AJ) passou a receber, no período de 1966 a 1972, alunos de uma escola particular ou comunitária Evangélica da mesma comunidade.

Nº	Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto	Sigla	Data da desativação
01	Santa Rita de Cássia – Linha do Soturno	SR	22/04/1991
02	Antônio Bortolás – Sanga Funda	AB	24/02/1994
03	Anália Mostardeiro – Dambrós	AM	21/03/1994
04	Felipe Schirmer – Linha Ávila	FS	01/03/1996
05	Daltro Filho – linha da Moinho	DF	20/12/1996
06	Abílio Jaeger – Trombudo	AJ	19/12/1997
07	Getúlio Vargas – Formoso	GV	04/04/2005
08	Antônio Soccal – Linha Grande	AS	19/12/2008
09	Esc. Estadual de 1º Grau Inc. Gerd Pachaly		30/11/1994

Quadro 2 – Siglas das escolas pesquisadas juntamente com seu ano de desativação

Fonte: Elaborado pelo autor com base no parecer da Comissão de Ensino Fundamental de Dona Francisca/RS.

Obs.: Escolas que receberam alunos das escolas desativadas:

- A EMEF inc. Tiradentes (Comunidade do Trombudo) recebeu alunos da Escola Antônio Bortolás; da Escola Felipe Schirmer e da Escola Abílio Jaeger;
- A EMEF inc. Antônio Soccal recebeu alunos da Escola Amália Mostardeiro; da Daltro filho e da Getúlio Vargas;
- A EMEF Antônio Luiz Barcht recebeu alunos da Escola Santa Rita de Cássia e, por último, os alunos da Antônio Soccal (última escola desativa) e de outras;
- A EEEM Maria Ilha Baisch, que atende o ensino Médio, Fundamental e EJA, também recebeu alunos da Antônio Soccal, da Daltro Filho e de outras.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Tiradentes, da Comunidade do Trombudo, é única Escola ativa atualmente no meio rural do Município de Dona Francisca e pode ser denominada Escola do Campo. Já a Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Gerd Pachaly estava localizada no meio urbano. Foi criada pelo Decreto nº 7.675, de 06 de janeiro de 1939. Toda sua documentação encontra-se na Secretaria de Educação do Município de Cachoeira do Sul/RS, delegacia estadual à qual o município pertence.

Percebe-se um declínio acentuado da população do município num período de que vai de 1992 a 2008, e neste ínterim são fechadas praticamente todas as escolas do interior. Foi um total de 09 escolas fechadas: 08 escolas municipais e mais uma estadual que atendia o ensino fundamental incompleto. Apenas uma escola permanece no interior do município, atendendo um número de 41 alunos. No Quadro 1, as décadas de 60 e 70 são representadas pelos anos de 1969 e 1976, período em que as escolas receberam o maior número de educandos.

Com a desativação das escolas rurais, os alunos, professores, pais e toda a comunidade que ocupava aqueles espaços foram migrando para fora do município de origem e territorializando outros lugares. Conforme demonstra a literatura, esses novos espaços foram

buscados majoritariamente nas cidades polo de cada região, dentre as quais Santa Maria, RS. (IBGE).

Segundo Fernandes (apud CANCIAN, 2014), o agronegócio organiza seu território para produção de mercadoria. Dando ênfase a essa dimensão territorial, o campesinato organiza seu território para a realização de sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões territoriais. Porém, com a diminuição da população camponesa, o agronegócio povoou as terras com as culturas do interesse do mercado financeiro capitalista, voltado especialmente à monocultura. Fernandes acrescenta que o fechamento das escolas se deve não só à falta de investimento por parte das prefeituras, mas, sobretudo, ao avanço das grandes plantações, que reduz o número de trabalhadores no campo.

O município de Dona Francisca produz pouca soja, o que se justifica especialmente pelo relevo um tanto montanhoso e pela presença do Rio Jacuí, que atravessa todo município do norte ao sul numa longa extensão. Estas terras de várzeas são próprias ao cultivo do arroz, cuja produção é a que predomina na região, seguida das culturas do fumo, do milho e do feijão, produzidos nas áreas a que as águas dos rios não têm acesso. A plantação do fumo é feita em parceria com as empresas fumageiras, especialmente da vizinha cidade de Santa Cruz do Sul/RS.

A Constituição Brasileira de 1988 tem deliberado sobre a responsabilidade aos municípios quanto ao oferecimento do ensino fundamental, voltado aos alunos de 6 a 14 anos de idade. Ribeiro (2013, p. 183) alerta para o fato de que “fecham-se escolas rurais, sendo seus alunos transferidos para uma escola-polo ou uma escola-núcleo de ensino fundamental”, as quais, na grande maioria dos municípios, estão concentradas no meio urbano. É o caso do município de Dona Francisca, em que o maior núcleo se concentra na cidade e recebe a maior parte dos alunos vindos do campo, havendo apenas um núcleo presente na área rural.

A Pedagogia que nos faz voar

Entender o fechamento das escolas do meio rural e até mesmo de algumas escolas do urbano provoca no espírito uma inquietação, uma vontade de agir, uma revolta, no sentido Freireano. As alternativas encontradas, como a nucleação, as escola-polo soam como uma contradição, pois o direito à educação implica a existência, e não a ausência, de escolas nas

comunidades onde existem alunos. O fechamento das escolas cria outra paisagem tanto no espaço físico quanto no espaço intelectual das crianças: a paisagem da falta. O espaço desocupado, ausente das pessoas que ali circulavam, cede lugar a outras ocupações. O lugar do aluno vira o lugar do excluído, conforme prega Freire (2005, p. 56): “De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’”.

A terra concentra-se nas mãos de poucos, e este percentual restrito se atém à denominação de agronegócio, tão famigerado e difundido. Paulino e Almeida revelam que:

De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano de 2007 a participação brasileira no comércio mundial foi de 1,20%; em 1980 havia sido de 1,21%. Ou seja, nem a competência produtiva evocada pelo agronegócio combinada com a expansão da fronteira agrícola sobre cerca de 17% da floresta amazônica, desmatada no período, foi suficiente para aumentar a participação proporcional da produção brasileira comercializada nos mercados globais. (PAULINO E ALMEIDA, 2010, p. 99).

O que se tem observado pelas andanças no meio rural, especialmente no local focalizado por esta pesquisa, é certo “ativar” dos agricultores, marcado pelo regresso dos jovens ao interior, após terem cursado sua faculdade. Contudo, esse parece ser um período de transição, pois os habitantes do campo ainda parecem conservar uma baixa autoestima, conforme se observa quando os pais dizem, por exemplo, que os filhos precisam estudar para conseguir uma profissão diferente da deles, a fim de buscar sustento em outra atividade. Ademais, grande parte da juventude realmente segue abandonando seu município de origem, especialmente nos municípios menores, consoante se constata nos dados do IBGE acerca o número de habitantes no Município de Dona Francisca, que tem diminuído.

No contexto em que a obra “Pedagogia do Oprimido” foi produzida, com o olhar voltado aos agricultores chilenos, mas com a memória voltada aos brasileiros e aos trabalhadores de toda a América Latina, Freire escreve:

[...] se dizer a palavra, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra sozinho, ou dizê-lo para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra dos demais. (FREIRE, 2005, p. 90).

Negar esta palavra é negar o poder de escolha, de discernimento, de desenvolvimento do raciocínio. Desativar escolas é, portanto, uma forma de tolher a palavra de nossas crianças, jovens e mesmo adultos. Aquela palavra que o agricultor conhece sobre plantas, sementes, frutas, folhas, árvores é cessada quando ele deixa a terra e vai para um ambiente estranho em que os objetos visuais, sensíveis são outros bem diferentes daqueles que estavam ao alcance dos seus sentidos. Tudo isso se explica pela existência de uma elite dominadora associada a um sistema capitalista, que remete à elite da velha Roma que oferecia pão e circo no sentido de assegurar a paz. Como bem diz Freire (2005, p. 160), “Os métodos de conquista variam historicamente, o que não varia, enquanto houver elite dominadora, é esta ânsia necrófila de oprimir.” E muitas vezes o dominador se apresenta como amigo, caridoso, que deseja um futuro promissor ao trabalhador: Para isso, compra as terras dele, convencendo-o de ter pagado muito bem por elas e levando-o a crer que na cidade ele terá emprego, acesso à educação, a hospitais e a satisfação de outras necessidades.

Diante da realidade acima descrita, como os sujeitos dos tempos atuais podem estabelecer na vida prática o compromisso de serem agentes da revolução cultural junto à Educação? Freire aponta o caminho da adesão aos oprimidos, de modo que se caminhe até eles e estabeleça-se com eles a comunicação: “A liderança revolucionária precisa, indubitavelmente, da adesão das massas populares para a revolução” (2005, p. 189). E esta adesão é algo que exige trabalho, organização e disciplina, pois para a elite dominadora é bem mais fácil a prática opressora.

E quem serão os líderes dessa revolução? Serão todos aqueles que trabalham em sala de aula que buscam em conjunto ser livres. São os líderes conscientes. Freire (2005) nos diz que erros são cometidos, mas que a persistência é fruto da insistência constante. Quando muitas pessoas se reúnem em eventos que tratam da Educação do Campo, avista-se um rumo que conduz a um confronto com o sistema atual. Esperanças surgem sempre que são conquistadas novas legislações que visam à ativação de uma educação que venha impedir o fechamento das escolas e propor novas alternativas a partir do diálogo, do debate, da escuta, da manifestação da palavra. O espaço almejado é aquele em que ninguém educa ninguém, mas em que todos se educam conjuntamente. Mesmo nas dificuldades, deseja-se buscar, também em conjunto, soluções e estratégias para a permanência dos agricultores, das suas filhas, dos seus filhos no campo, onde possam viver motivados para as atividades de produção de alimentos e onde possam se sentir agentes do próprio bem estar e do bem estar social.

Considerações finais

Tomar como objeto de estudo uma realidade que gera sentimento de impotência faz com que o pesquisador se sinta por vezes fragilizado, já que a meta parece ser algo invencível. No entanto, quando se acredita que há um conjunto, um grupo, uma corrente de seres humanos que batalham, que lutam, que acreditam, o próprio cantar do Urutau deixa de ser um canto de tristeza que lembra a morte para soar como um canto de esperança que remete às novas realidades possíveis. As escolas desativadas e os tantos camponeses que foram desterritorializados passam a incitar os anseios da luta, do vir a ser, de um retorno e mesmo a permanência no campo e à fazer aquilo que é próprio do agricultor: produção de alimentos.

O município de Dona Francisca teve 9 escolas desativadas, das quais 8 estavam diretamente ligadas ao meio rural. Atualmente, apenas uma permanece ativa no campo, e ainda cogitam-se sua manutenção ou não. É uma situação que acontece em todo o Brasil e também em muitos outros países da América Latina. São agricultores oprimidos por uma política que não possibilita aos seus filhos acesso à escola de qualidade nas proximidades de suas residências; que não oferece financiamentos condizentes com suas necessidades; que ilude os trabalhadores na esperança de um salário digno na cidade; que lhes impõe a ideologia de que ficar no campo é um atraso de vida. Ao perderem suas terras por dívidas inseridas a partir do crédito facilitado pelos bancos, os agricultores não veem outra perspectiva a não ser saírem de campo.

O êxodo rural conduziu milhares de camponeses para as cidades, formando grandes metrópoles. O campo virou alvo do agronegócio, que trouxe o predomínio da monocultura passou a predominar e, com isso, a transformação da paisagem. Quanto ao cenário educacional, a contagem regressiva dos alunos culminou com o fechamento e o completo esvaziamento das escolas do campo. A voz dos educandos se une ao canto do Urutau numa harmonia ansiosa por ultrapassar e desterritorializar os limites que impedem o eco dessas palavras que clamam por libertação.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 09 out. 2015.

CAMINI, Isabel. Pensando a educação do campo sob o olhar de Paulo Freire. In: MATOS, K. et al. (Org.). **Experiências e diálogos em educação do campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CANCIAN, Natália. Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na região rural. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por-dia-na-zona-rural.shtml>>. Acesso em 03 out. 2015.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução CNE/CEB nº. 2, de 25 de abril de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/resolucao0208.pdf>>. Acesso em 09 out. 2015.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Rio Grande do Sul). Resolução nº. 329, de 13 de maio de 2015. Disponível em: <http://files.comunidades.net/profemarli/Reso_0329.cessacao_de_escolas.pdf>. Acesso em 09 out. 2015.

EFE ESCOLA. **Educação rural**. Disponível em: <<http://brasil.efeescuela.com/noticias/mais-de-4-mil-escolas-rurais-foram-fechadas-em-2014/>>. Acesso em: 07 out. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização econômica. In: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/152/147>>. Acesso: 05 out. 2015.

MEURER, Ane Carini. Projeto Político Pedagógico escolar: Questões a serem refletidas nas escolas do campo. In: MATOS, K. et al. (Orgs.). **Experiências e diálogos em educação do campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

PAULINO, Eline Tomiasi; ALMEIDA, Rosemiere Aparecida. **Terra e território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

QUADROS, Claudemir de. **As Brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Maura. Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html>>. Acesso em 07 out. 2015.

VILLAVERDE, Maria Novo. **El desarrollo sostenible.** Su dimensión ambiental y educativa. Madrid: Pearson Educación, 2006.

VENDRUSCOLO, Cassiana Elisa. **As relações do espaço urbano do município de Dona Francisca, RS com a região da Quarta Colônia.** 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

Sites consultados:

<<http://www.donafrancisca.rs.gov.br/>>. Acesso em 05 out. 2015.

<<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 06 out. 2015

Notas

¹ Erich Fromm. El Corazón de Hombre. Breviário. México Fondo de Cultura Economica, 1967, p.41.

² A Escola Amália Mostardeiro, no período de 1973 a 1981, oferecia o Supletivo.